

PREFÁCIO

Em relação à presente obra, *Movimentos sociais e educação: mútuas influências*, seu título sugestivo suscita dois campos em constante movimento e de entrelaçamentos de dinâmicas sociais e educativas – a educação e os movimentos sociais contemporâneos. Os autores enunciam que o principal objetivo do texto é analisar os movimentos sociais em sua paleta de ações e os processos educativos a partir dos matizes escolares e não escolares. De fato, a obra tece reflexões acerca de sujeitos, tensionados na diversidade das demandas contextuais, tais como as do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento negro, movimento LGBTQIA+ e da Escola sem Partido, e descreve as possibilidades de desenvolvimento cognitivo e político estruturado em aprendizagens comportamentais, emocionais, estéticas e sociais.

O movimento social representa uma ação coletiva muitas vezes decorrente de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural, que se configura nas identidades e nas articulações entre grupos com vistas às transformações ou manutenções de direitos fundamentais. Estamos vivendo a quarta dimensão de tais direitos. Ultrapassamos as inspirações das doutrinas iluministas de garantias das liberdades individuais e dos princípios da igualdade e universalidade do bem-estar social asseguradas pelo Estado, para a mobilização de temas ligados ao desenvolvimento social, afetivo, cultural, econômico, à paz, ao ambiente e ao patrimônio. O novo contexto impõe a promoção e a manutenção da democracia, da memória social, da responsabilidade social para o fortalecimento dos mecanismos de autodeterminação dos povos e, enfim, de uma nova ética e moral global. Dessa forma, vivemos efetivamente o entrelaçamento dos movimentos sociais e

dos processos educativos: aprendemos todos os dias, em diferentes contextos, a nos relacionarmos com o diverso e com o estrangeiro.

Os movimentos sociais são guiados por ideologias e pontuam reivindicações em função de filiações religiosas, sindicais, político-partidárias, classistas, entre outras, nas quais as instituições sociais orientam demandas coletivas. Embora sempre existentes, os movimentos sociais mobilizam a transformação da sociedade e se reconfiguraram com vigor a partir da segunda metade do século XX, alinhando filiações étnico-raciais, etárias, territoriais e de gênero, principalmente edificadas a partir da condição humana e em articulação às questões de classe social, de religião, de cultura ou de política. Muitas das reivindicações ganharam contornos universalizantes com a sociedade em rede, atingindo e criando novos territórios geopolíticos.

Os movimentos sociais assumem agendas diversas, como a defesa do ambiente, o consumo responsável, o controle das mudanças climáticas, o uso racional dos recursos energéticos, o acesso à água, à saúde, à educação, à habitação e muitas outras bandeiras locais e globais. Eles visam ao compartilhamento de bens e de serviços essenciais, mas também o direito às diferenças e a garantia de acessibilidade ao conhecimento e à informação.

Certo de que tais movimentos são frutos do contexto histórico, político e econômico da sociedade, se alguns deles são perenes, outros são voláteis, o que contribui, em sua unicidade, com a dinâmica e com a mobilidade das populações.

As pertinentes escolhas realizadas pelos autores priorizam os movimentos sociais que influenciaram o campo educacional e surgiram ao longo da luta pela restituição do Estado Democrático no Brasil, incluindo ao debate dois movimentos não progressistas. Essa escolha enriquece o nosso olhar sobre as tensões presentes para a manutenção de uma moral conservadora e reacionária no atual contexto de mudanças estruturais da sociedade.

Se os primeiros 20 anos deste século foram marcados pela consolidação do terceiro setor e das Organizações Não Governamentais (ONGs), agentes de alguns movimentos sociais populares, vislumbramos para o segundo quarto do século as novas práticas capitaneadas pelos *influencers*, pela mobilização via redes sociais, pelo fortalecimento do movimento associativo e cooperativista e pela internacionalização de agendas humanitárias, educacionais, ambientais e econômicas. A base dessas práticas colaborativas, transformando os assistidos em agentes de mudanças em um modelo de cooperação, caminha para o enfrentamento dos grandes desafios transnacionais, como a empregabilidade, a sustentabilidade e a mobilidade. Esse desafio envolve temas emergentes, como o acesso a informações e o monitoramento dos indicadores sociais para tomadas de decisões globais e locais.

No ano de 2000, por exemplo, as Nações Unidas divulgaram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, com o propósito de eliminar a pobreza e as desigualdades no mundo a partir de oito metas:

1. A redução da pobreza;
2. A universalização da educação primária;
3. A igualdade entre sexos e a autonomia da mulher;
4. A redução da mortalidade na infância;
5. A melhoria das condições da saúde materna;
6. O combate ao vírus HIV, causador da Aids, à malária e outras doenças negligenciadas;
7. A sustentabilidade ambiental;
8. O estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Essas metas são mobilizadoras de ações coletivas em diferentes organizações educativas, culturais e governamentais.

No cenário da sindemia – uma doença que atua combinada com outras – da covid-19, não podemos deixar de registrar o papel dos movimentos sociais no enfrentamento da sociedade globalizada, cada dia mais desigual. Nesse contexto, a importância de uma visão crítica para os movimentos sociais em suas dimensões educativas toma um contorno especial, imaginando a relevância da sociedade civil organizada na regulação dos direitos fundamentais. As muitas organizações sociais que promovem a educação e a saúde como elementos dos direitos universais certamente terão, nesta obra, fontes de inspiração, já que um repositório reflexivo de boas práticas constitui um mobilizador de questões para futuras investigações nos campos políticos e sociais.

O texto apresenta um leque dos ideários que mobilizam os processos educativos institucionalizados por normativas escolares, bem como suas influências nas práticas associativas dos movimentos sociais. Dentro da multiplicidade dos movimentos sociais existentes, foram contemplados o movimento feminista, o movimento LGBTQIA+, o movimento negro, o movimento estudantil – no caso, a União Nacional dos Estudantes (UNE); o Movimento Trabalhista Sindicalista Docente; os movimentos indígena e indigenista; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); o movimento operário e trabalhista em geral; o movimento ambientalista; o Movimento Evangélico Neopentecostal e o movimento Escola sem Partido.

Por uma perspectiva pessoal, os processos educacionais estão presentes em todas as relações entre os humanos e, até mesmo, entre os não humanos. Falar de um processo de humanização e socialização de tais práticas reflete em uma posição teórica, na qual há uma reciprocidade entre as práticas e os sujeitos nas transformações dos indivíduos e das instituições.

Até mesmo os movimentos conservadores atuam na transformação social, ao defenderem a permanência e/ou retorno de posicionamentos que, muitas vezes, já foram ultrapassados em nossa sociedade, sejam eles classistas, racistas ou sexistas. Esses movimentos buscam silenciar discussões sobre as desigualdades entre mulheres e homens, a sexualidade, a diversidade de gênero e as desigualdades sociais e culturais, valorizando a educação em sua dimensão meramente de instrução. Dessa forma, eles se alinham ao pensamento

pedagógico convencional, no qual as práticas culturais, os movimentos sociais e as lutas coletivas não constituem um currículo gerencial de tempos e de espaços de aprendizagem.

Finalizando, o presente trabalho é um importante convite para a releitura das práticas aqui registradas e de suas relações com os processos educativos escolares e não escolares.

Silvania Sousa Nascimento

Professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)